

Brasil PCH S.A.

*Demonstrações Contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.d e 13, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos


Demonstração do valor adicionado


Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Em 24 de janeiro de 2014, emitimos relatório de auditoria com ressalva sobre as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contendo qualificação quanto a apresentação das ações preferenciais resgatáveis como parte de seu patrimônio líquido, no montante de R\$24.000 mil, as quais, no nosso entendimento, deveriam estar registradas no passivo circulante e não circulante por não serem caracterizadas como instrumentos patrimoniais. Conforme descrito na nota explicativa nº 19, durante o exercício de 2014, a Administração resgatou a totalidade das ações preferenciais de classe A e B. Consequentemente, a qualificação relacionada com o referido assunto para as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não é mais necessária e, portanto, nossa opinião constante deste relatório não contém modificação para o exercício corrente.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG


Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-1MG 079.276/O-7

BRASIL PCH S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13			31/12/14	31/12/13		
ATIVOS						PASSIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	75.708	110.139	85.855	124.095	Fornecedores		641	47	6.001	8.794
Contas a receber	8	-	-	40.091	36.232	Empréstimos - PETROS	17	88.948	78.059	88.948	78.059
Dividendos a receber	12	136.698	132.596	-	-	Financiamentos - BNDES	16	-	-	81.150	83.137
Adiantamentos a funcionários		-	-	171	156	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		145	21	1.580	326
Impostos a compensar		2.268	2.453	2.521	2.716	Impostos e contribuições a recolher		10	21	2.650	2.565
Despesas antecipadas		12	13	1.637	961	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.290	1.544
Outros ativos circulantes	9	5.375	-	4.920	131	Outras obrigações		423	172	1.380	1.069
Total dos ativos circulantes		<u>220.061</u>	<u>245.201</u>	<u>135.195</u>	<u>164.291</u>	Receita diferida		-	-	112.486	14.623
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Ativos vinculados - BNDES	10	-	-	63.013	65.657	Dividendos a pagar	19	2.767	16.780	2.767	16.780
Impostos e contribuições diferidas	23	-	-	7.290	984	Dividendos a pagar ações preferenciais		-	4.108	-	4.108
Impostos a compensar		2.242	2.242	2.529	2.242	Total dos passivos circulantes		<u>92.934</u>	<u>99.208</u>	<u>298.252</u>	<u>211.005</u>
Depósitos judiciais	11	-	-	11.211	8.895	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Investimentos	12	501.325	551.193	-	-	Financiamentos - BNDES	16	-	-	416.977	494.496
Imobilizado	13	87	145	1.171.028	1.202.913	Empréstimos - PETROS	17	533.980	544.220	533.980	544.220
Intangível	14	263	355	16.278	19.504	Provisões para compromissos futuros	27	39	-	60.310	59.305
Diferido	15	28.979	36.553	-	-	Dividendos a pagar ações preferenciais		-	14.101	-	14.101
Total dos ativos não circulantes		<u>532.896</u>	<u>590.488</u>	<u>1.271.349</u>	<u>1.300.195</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>534.019</u>	<u>558.321</u>	<u>1.011.267</u>	<u>1.112.122</u>
						Total de passivos					
						626.953 657.529 1.309.519 1.323.127					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						19					
						Capital social					
						109.032 109.032 109.032 109.032					
						Reserva de capital					
						- 16.888 - 16.888					
						Reserva de lucros					
						16.972 52.240 (12.007) 15.439					
						Total do patrimônio líquido					
						<u>126.004 178.160 97.025 141.359</u>					
TOTAL DOS ATIVOS		<u>752.957</u>	<u>835.689</u>	<u>1.406.544</u>	<u>1.464.486</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>752.957</u>	<u>835.689</u>	<u>1.406.544</u>	<u>1.464.486</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	-	-	235.091	310.654
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Pessoal		-	-	(14.580)	(13.098)
Meio ambiente		-	-	(4.630)	(4.702)
Operação		-	-	(4.387)	(4.594)
Manutenção		-	-	(7.636)	(6.741)
Taxas setoriais		-	-	(1.859)	(776)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(4.020)	(4.236)
Seguros		-	-	(3.036)	(2.406)
Depreciação e amortização		-	-	(35.220)	(33.440)
Outros custos		-	-	(2.890)	(3.266)
		-	-	(78.258)	(73.259)
LUCRO BRUTO		-	-	156.833	237.395
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	21	(1.795)	(2.492)	(9.080)	(9.343)
Administrativas e gerais	21	(290)	(180)	(5.961)	(3.599)
Amortização de despesas pré operacionais		(7.574)	(7.760)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	12	89.455	165.722	-	-
Outras despesas operacionais, líquida	21	(149)	(306)	(2.561)	(5.990)
		79.647	154.984	(17.602)	(18.932)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		79.647	154.984	139.231	218.463
Despesas financeiras	22	(80.192)	(89.616)	(124.703)	(140.973)
Receitas financeiras	22	12.196	5.286	15.069	12.789
		(67.996)	(84.330)	(109.634)	(128.184)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.651	70.654	29.597	90.279
Corrente	23	-	-	(13.140)	(12.316)
Diferido	23	-	-	3.016	451
		-	-	(10.124)	(11.865)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.651	70.654	19.473	78.414
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,1190	0,6480		
Quantidade média ponderada de ações		97.898.865	109.031.967		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro líquido do exercício	11.651	70.654	19.473	78.414
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>11.651</u>	<u>70.654</u>	<u>19.473</u>	<u>78.414</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>11.651</u></u>	<u><u>70.654</u></u>	<u><u>19.473</u></u>	<u><u>78.414</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Ágio	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	109.032	16.888	5.741	-	5.528	27.647	-	164.836
Dividendos pagos	-	-	-	-	(5.528)	(27.647)	-	(33.175)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	70.654	70.654
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	70.654	70.654
Destinações								
Reserva legal	-	-	3.533	-	-	-	(3.533)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	-	42.966	(42.966)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(16.780)	(16.780)
Remuneração de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(7.375)	(7.375)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	109.032	16.888	9.274	-	-	42.966	-	178.160
Resgate de Ações Preferenciais	-	(16.888)	-	-	-	(20.427)	-	(37.315)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(22.539)	-	(22.539)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.651	11.651
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	11.651	11.651
Destinações								
Reserva legal	-	-	583	-	-	-	(583)	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.767)	(2.767)
Remuneração de Ações Preferencias	-	-	-	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	7.115	-	-	(7.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	109.032	-	9.857	7.115	-	-	-	126.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Ágio	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	109.032	16.888	5.741	5.528	27.647	(44.561)	120.275
Dividendos pagos	-	-	-	(5.528)	(27.647)	-	(33.175)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.414	78.414
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	78.414	78.414
Destinações							
Reserva legal	-	-	3.533	-	-	(3.533)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	6.165	(6.165)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(16.780)	(16.780)
Remuneração de ações preferenciais	-	-	-	-	-	(7.375)	(7.375)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	109.032	16.888	9.274	-	6.165	-	141.359
Resgate de Ações Preferenciais	-	(16.888)	-	-	(6.165)	(14.262)	(37.315)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(22.539)	(22.539)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.473	19.473
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	19.473	19.473
Destinações							
Reserva legal	-	-	583	-	-	(583)	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.767)	(2.767)
Remuneração de Ações Preferencias	-	-	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	109.032	-	9.857	-	-	(21.864)	97.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		11.651	70.654	29.597	90.279
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado	13	-	-	2.155	3.453
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22	80.192	89.615	124.672	140.689
Depreciação e amortização		7.741	7.760	34.968	33.440
Equivalência patrimonial	12	(89.455)	(165.722)	-	-
Constituição do ajuste MRE		-	-	112.486	14.623
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	(4.106)	(534)
Ganho auferido com instrumentos financeiros	20	(4.737)	-	(4.737)	-
Constituição de provisão para compromissos futuros		39	-	(90)	-
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber		-	48	(3.859)	5.852
Aumento em adiantamento a funcionários		-	-	(15)	(24)
Redução (aumento) em impostos a compensar		185	540	(8.467)	1.083
Redução (aumento) em despesas antecipadas		1	(12)	(676)	(437)
Aumento em outros ativos circulantes		(638)	-	(52)	(94)
Aumento (redução) em impostos e contribuições sobre faturamento		-	-	816	(450)
Aumento (redução) em fornecedores		594	(35)	(2.793)	6.985
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		124	3	1.254	82
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		(11)	2	(876)	(18)
(Redução) aumento na provisão para férias e 13º salário		-	-	(254)	294
Aumento em outras obrigações		251	28	311	609
Redução em receita diferida		-	-	(14.623)	-
Dividendos recebidos		135.221	133.497	-	-
Caixa Gerado nas Operações		141.158	136.378	265.711	295.832
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(51.543)	(40.198)	(96.179)	(91.522)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(3.804)	(12.701)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		89.615	96.180	165.728	191.609
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento em depósitos judiciais		-	-	(2.316)	(1.380)
Redução em ativos vinculados - BNDES		-	-	2.644	5.922
Aquisição de imobilizado		(17)	(2)	(4.763)	(21.090)
Caixa recebido por sinistro de ativo imobilizado		-	-	3.900	5.000
Aquisição de intangível		-	(6)	(54)	(573)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(17)	(8)	(589)	(12.121)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos		(40.505)	(46.787)	(40.505)	(46.787)
Resgate de ações preferenciais	19	(55.524)	-	(55.524)	-
Financiamentos pagos		(28.000)	(28.000)	(107.350)	(107.346)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(124.029)	(74.787)	(203.379)	(154.133)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(34.431)	21.385	(38.240)	25.355
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		110.139	88.754	124.095	98.740
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		75.708	110.139	85.855	124.095
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(34.431)	21.385	(38.240)	25.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
1. RECEITA BRUTA DE VENDAS		-	-	243.814	322.421
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20	-	-	336.940	337.044
Ajuste do MRE, Aumento e Redução de Energia Assegurada		-	-	(97.863)	(14.623)
Ganho auferido com instrumentos financeiros		-	-	4.737	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		262	455	34.491	33.744
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	10.697	9.106
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		262	455	23.793	21.865
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	1	2.773
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		(262)	(455)	209.323	288.677
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		7.741	7.760	35.390	33.440
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		(8.003)	(8.215)	173.933	255.237
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		101.651	171.007	15.069	12.789
Resultado de equivalência patrimonial	12	89.455	165.722	-	-
Receitas financeiras	22	12.196	5.285	15.069	12.789
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		93.648	162.792	189.002	268.026
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		93.648	162.792	189.002	268.026
Pessoal		1.795	2.346	23.660	18.990
Remuneração direta		1.696	2.084	17.202	14.855
Benefícios		94	262	5.146	3.069
F.G.T.S		5	-	1.312	1.066
Impostos, taxas e contribuições		7	168	19.242	27.337
Federais		5	157	19.082	27.162
Estaduais		-	5	56	52
Municipais		2	6	104	123
Remuneração de capitais de terceiros		80.195	89.624	126.627	143.285
Juros	22	80.192	89.615	124.672	140.689
Aluguéis		3	8	1.879	1.798
Outras		-	1	76	798
Remuneração de capitais próprios		11.651	70.654	19.473	78.414
Dividendos	19	3.953	16.780	3.953	16.780
Lucros retidos		7.698	53.874	15.520	61.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL PCH S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”) foi constituída em 23 de março de 2005, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., que participa com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291MW, com autorização da ANEEL para geração de energia em 30 anos.

A Brasil PCH em conjunto com suas controladas (“Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A contratação de energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a ELETROBRAS seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação.

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5 MW e energia anual assegurada de 127,3 GWh, com investimento total de R\$91.071, iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 21MW e energia anual assegurada de 116,3 GWh, com investimento total de R\$82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 228,6 GWh, com investimento total de R\$143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 15MW e energia anual assegurada de 83,8 GWh, com investimento total de R\$61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 178,3 GWh, com investimento total de R\$113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW e energia anual assegurada de 118,0 GWh, com investimento total de R\$90.763, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 159,5 GWh, com investimento total de R\$118.894, e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 19MW e energia anual assegurada de 95,6 GWh, com investimento total de R\$76.836, e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparáo Energia S.A. (“Caparáo”)

A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 4,5MW e energia anual assegurada de 22,8 GWh, com investimento total de R\$24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 25MW e energia anual assegurada de 160,1 GWh, com investimento total de R\$132.690, e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 27MW e energia anual assegurada de 133,1 GWh, com investimento total de R\$105.342, e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 161,2 GWh, com investimento total de R\$133.718, e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás. Tem capacidade instalada de 18MW e energia anual assegurada de 115,2 GWh, com investimento total de R\$109.641, e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, os números mostram no consolidado capital circulante líquido negativo, no montante de R\$163.057 (R\$ 46.714 em 31 de dezembro de 2013). No entanto, a Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas junto a instituições financeiras, decorrentes de empréstimos e financiamentos, e junto a ELETROBRAS, decorrente do ajuste MRE, sendo que estas obrigações estão atualizadas e refletem as obrigações para os próximos 12 meses, enquanto os ativos circulantes demonstram somente as contas a receber levantadas na data das demonstrações contábeis. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”)

As controladas possuem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, as controladas informam a sazonalização para a ELETROBRAS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte.

As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas a ELETROBRAS, que, por sua vez, repassa os seus efeitos às companhias do Grupo, no ano seguinte, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRAS às empresas do Grupo. Os efeitos negativos da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRAS em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$13.781. Por meio da ABRAGEL, foi interposto

recurso administrativo junto a ANEEL e a Administração acompanha o assunto junto à associação. O Grupo considerou todos os impactos negativos nas suas demonstrações contábeis de 2013 e 2014.

Outro aspecto relevante consiste na aplicação do fator de ajuste das garantias físicas das usinas pertencentes ao MRE. Devido a um regime hidrológico muito desfavorável, a redução da geração em relação as garantias físicas das usinas do grupo foram em média 33,9% em 2014, com impacto já contabilizado pelo CCE até novembro de R\$97.168, e o Grupo projeta o impacto total de R\$113.105 para o exercício de 2014, o qual foi provisionado conforme mencionado no parágrafo anterior.

1.2. Revisão da Garantia Física

De acordo com o previsto na Portaria MME 463/2009, a partir do quadragésimo oitavo mês de operação comercial serão revisados anualmente e, em seguida, semestralmente, os montantes de garantia física dos empreendimentos que apresentarem desempenho inferior às metas de geração líquida estabelecidas em 80% e 90%, respectivamente.

a) Aumento de garantia física

A empresa Jataí Energética S.A., através da Portaria nº 38 de 13 de junho de 2012 do Ministério de Minas e Energia - MME, teve sua energia anual assegurada acrescida, fato que gerou aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1º de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas auferidas a partir da data de vigência da portaria. Entretanto, ainda ficou pendente de autorização de faturamento no montante de R\$407 (tarifa base 2015) que será realizado em 2015, referente aos meses de junho, julho e agosto de 2012.

b) Reduções de garantia física realizadas em 2014

	<u>Garantia física antes da revisão</u>	<u>Garantia física após a revisão</u> (Não auditado)	<u>Impacto financeiro em 2015</u> (Não auditado)
Bonfante	13,48 MW	12,81 MW	(826)
Caparaó	2,61 MW	2,48 MW	(123)
Funil	13,12 MW	13,09 MW	(2.264)

c) Estimativa de revisão de garantia física para os próximos anos

	<u>Ano</u>	<u>%</u>	<u>Impacto financeiro esperado</u>	
			<u>2016</u> (Não auditado)	<u>2017</u> (Não auditado)
Bonfante	2015	5	(2.793)	(2.164)
Caparaó	2015	5	(497)	(379)
São Pedro	2015	5	(2.227)	(1.485)
Retiro Velho	2015 e 2016	10	(2.600)	(2.229)
Monte Serrat	2015	10	(3.078)	(2.623)
Irara	2015 e 2016	10	(1.085)	(3.624)
Santa Fé	2016	5	-	(2.714)
São Simão	2016	5	-	(1.760)

1.3. Sinistros nas PCHs Bonfante e Monte Serrat

Os sinistros podem ser assim sumarizados:

- (i) A unidade geradora da Bonfante ficou indisponível no final de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade. Em novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças, retomando a produção em janeiro de 2014, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em janeiro de 2014. A controlada indireta recebeu adiantamentos da seguradora que montam em R\$ 8.000.
- (ii) A unidade geradora II da Monte Serrat ficou indisponível no final de 2013, devido a verificações de danos na grade de proteção da unidade geradora II, sendo a produção retomada em fevereiro de 2014. A controlada indireta recebeu adiantamento da seguradora no montante de R\$ 900.

Em ambos os casos, os valores adiantados pela seguradora para cobrir os gastos já incorridos com os sinistros foram registrados como redutores do custo de aquisição dos ativos em que ocorreram os sinistros.

A administração está aguardando a análise final pela seguradora sobre o valor total dos sinistros. Estima-se que os processos relativos aos sinistros se encerrem ao longo do primeiro semestre de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade do Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Caixa e Equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada ou cancelada.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição à oscilação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD nas compras de energia no

mercado de curto prazo, em decorrência dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, contabilizados a valor justo através do resultado. A nota explicativa nº 9 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

(c) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas mantiveram o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012, que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia e suas controladas considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando, inclusive, as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC-27.

Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de 30 anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(e) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 14, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(f) Diferido

Registrado ao custo de formação. Na Companhia, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido foi eliminado contra as reservas de lucros.

(g) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(h) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

(k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A sistemática fiscal adotada pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(n) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia suas controladas, e sua distribuição durante determinado período. A DVA é apresentada pela Companhia e suas controladas como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

(i) *Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício Corrente*

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

- Alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento A Companhia aplicou as alterações aos CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações do CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias pelo seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações Contábeis.
- Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.
- Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.
- Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.
- IFRIC 21 - Tributos. O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.

A Companhia avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações contábeis.

(ii) *Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas*

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- i) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (*Financial Instruments*) - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.
- ii) IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes - Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo.
- iii) Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Acordo contratual conjunto - As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados.
- iv) Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis - As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível.
- v) Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Plano de Benefício Definido: Contribuição ao empregado - As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.
- vi) Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2011-2013 (Annual Improvements to IFRSs 2011-2013 Cycle) - As Melhorias Anuais às IFRSs para o ciclo 2011-2013 incluem alterações em diversos IFRSs, conforme sumariado abaixo.

As alterações na IFRS 3 esclarecem que o IFRS 3 não se aplica na contabilização da formação de todos os tipos de operações compartilhadas na demonstração financeira da empresa de controle compartilhado.

As alterações na IFRS 13 esclarecem que o escopo das alternativas de exceções para a mensuração do valor justo de um grupo de ativos financeiros e passivos financeiros em bases compensadas incluem todos os contratos que estão dentro do escopo ou registrados de acordo com a IAS 39 ou IFRS 9, mesmo se os contratos não se enquadrarem na definição de ativos financeiros ou passivos financeiros pela IAS 32.

As alterações da IAS 40 esclarece, que a IAS 40 e a IFRS 3 não são mutualmente excludentes e a aplicação de ambas as normas pode ser requerida.

vii) Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2012 - Ciclo 2010-2012 (Annual Improvements to IFRSs 2010-2012 Cycle) - As Melhorias Anuais às IFRSs para o ciclo 2010-2012 incluem alterações em diversos IFRSs.

viii) Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de julho de 2014.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas normas, interpretações e alterações tenham efeitos relevantes sobre as suas demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 95% a 102% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto a Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (IGP-M - índice de reajuste do contrato) e pelas suas controladas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (TJLP - índice de reajuste do contrato), conforme apresentado nas notas explicativas nº 16 e 17.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 24.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 26.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

- (iv) Provisões para contingências: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (vi) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas. A receita diferida é registrada até o mês de novembro com base em valores divulgados pela CCEE, porém o relatório contendo o mês de dezembro de cada período é disponibilizado após a emissão das demonstrações contábeis e a provisão exige a avaliação dos dados disponíveis até a data do cálculo. A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da sua controlada direta PCH Participações S.A e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>Patrimônio líquido</u>		
Saldo da controladora	126.004	178.160
Ativo diferido da controladora das controladas baixado somente no consolidado	<u>(28.979)</u>	<u>(36.801)</u>
Saldo do consolidado	<u>97.025</u>	<u>141.359</u>
<u>Resultado</u>		
Saldo da Controladora	11.651	70.654
Reversão da amortização do diferido	<u>7.822</u>	<u>7.760</u>
Saldo Consolidado	<u>19.473</u>	<u>78.414</u>

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Bancos	436	3	671	195
Aplicações financeiras	<u>75.272</u>	<u>110.136</u>	<u>85.184</u>	<u>123.900</u>
	<u>75.708</u>	<u>110.139</u>	<u>85.855</u>	<u>124.095</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 95 a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Contas a receber de clientes - ELETROBRAS	<u>40.091</u>	<u>36.232</u>
	<u>40.091</u>	<u>36.232</u>

As contas a receber da ELETROBRAS referem-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA.

O período médio de crédito nas contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas indiretas não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis.

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Contas a receber - contrato de proteção	4.737	-	4.737	-
Adiantamentos diversos	-	-	153	131
Outras contas a receber	<u>638</u>	<u>-</u>	<u>30</u>	<u>-</u>
	<u>5.375</u>	<u>-</u>	<u>4.920</u>	<u>131</u>

Durante o exercício a Companhia contratou instrumento para proteção contra a oscilação do preço da PLD nas compras de energia no mercado de curto prazo, em decorrência dos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Os contratos tinham vigência até dezembro de 2014 e os valores serão recebidos ao longo do exercício de 2015 em 12 parcelas fixas e mensais.

10. ATIVOS VINCULADOS - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro de 2014, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados aos contratos firmados com o BNDES.

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 96% e 98%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público.

De acordo com a posição dos advogados, nos processos em que os depósitos atualizados não são suficientes para fazer face as indenizações de terras, as controladas registram uma provisão adicional no passivo, no grupo de provisão para compromissos futuros, em contrapartida com o ativo em processo de aquisição.

Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas. Em 31 de dezembro de 2014, o valor dos depósitos judiciais é de R\$11.211 (R\$8.895 em 31 de dezembro de 2013).

12. INVESTIMENTOS E PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pelos acionistas Chipley SP Participações S.A., empresa pertencente à Renova Energia S.A., e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A.).

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
No início do exercício	551.193	535.067
Dividendos adicionais recebidos	(2.625)	(16.640)
Destinação de dividendos	(136.698)	(132.596)
Equivalência patrimonial	<u>89.455</u>	<u>165.722</u>
No fim do exercício	<u>501.325</u>	<u>551.193</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCH Participações S.A. em 2014 e 2013 são apresentados como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativo circulante	22.563	38.890
Ativo não circulante	615.726	645.032
Passivo circulante	136.879	132.729
Passivo não circulante	85	-
Patrimônio líquido	501.325	551.193

Os principais saldos de resultado da PCH Participações S.A. em 2014 e 2013 são apresentados como segue:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro antes do resultado financeiro	87.073	163.756
Lucro antes dos impostos	90.293	166.654
Lucro líquido	89.455	165.722

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2014 e 2013 são apresentados como segue:

31/12/14					
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante Energética S.A.	2.962	85.886	16.454	34.646	37.748
Calheiros Energia S.A.	3.187	74.479	13.229	30.892	32.322
Caparaó Energia S.A.	770	23.897	3.424	6.807	14.436
Carangola Energia S.A.	2.237	55.507	11.624	20.629	25.491
Funil Energia S.A.	2.925	80.971	16.253	29.619	38.024
Irara Energética S.A.	4.218	115.531	21.275	48.836	49.638
Jataí Energética S.A.	4.481	114.506	22.745	49.336	46.906
Monte Serrat Energética S.A.	5.341	127.819	21.842	50.885	60.433
Retiro Velho Energética S.A.	3.963	112.751	16.939	36.387	63.388
Santa Fé Energética S.A.	9.824	144.689	28.980	61.054	64.479
São Joaquim Energia S.A.	3.904	72.930	15.107	26.232	35.495
São Pedro Energia S.A.	5.636	126.913	21.431	39.064	72.054
São Simão Energia S.A.	3.613	101.511	18.543	42.775	43.806
31/12/13					
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante Energética S.A.	6.300	92.798	11.407	41.002	46.689
Calheiros Energia S.A.	2.608	77.940	12.922	37.624	30.002
Caparaó Energia S.A.	561	24.477	2.933	8.062	14.043
Carangola Energia S.A.	2.362	56.989	8.374	24.670	26.307
Funil Energia S.A.	4.014	83.322	14.274	35.688	37.274
Irara Energética S.A.	4.749	114.621	16.740	54.383	48.247
Jataí Energética S.A.	4.875	115.272	15.002	56.054	49.091
Monte Serrat Energética S.A.	4.877	128.870	16.409	56.443	60.895
Retiro Velho Energética S.A.	3.524	111.252	10.292	39.276	65.208
Santa Fé Energética S.A.	6.198	150.683	11.479	72.016	73.386
São Joaquim Energia S.A.	3.185	74.821	7.801	31.532	38.673
São Pedro Energia S.A.	4.479	129.956	11.025	46.438	76.972
São Simão Energia S.A.	3.675	103.912	11.743	50.573	45.271

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2014 e 2013 são apresentados como segue:

31/12/14					
	Receita <u>líquida</u>	Lucro (prejuízo) <u>bruto</u>	Lucro (prejuízo) antes do resultado <u>financeiro</u>	Lucro (prejuízo) antes dos <u>impostos</u>	Lucro (prejuízo) <u>líquido</u>
Bonfante Energética S.A.	15.583	10.160	9.859	6.976	6.017
Calheiros Energia S.A.	13.047	7.274	6.302	3.546	3.044
Caparaó Energia S.A.	3.116	1.257	1.179	629	515
Carangola Energia S.A.	11.664	7.081	6.736	4.797	4.380
Funil Energia S.A.	17.928	13.064	12.117	9.231	8.580
Irara Energética S.A.	21.823	14.064	13.382	9.274	8.465
Jataí Energética S.A.	24.015	16.063	14.885	10.997	10.129
Monte Serrat Energética S.A.	21.288	13.530	12.828	8.579	7.565
Retiro Velho Energética S.A.	15.463	8.542	8.155	5.394	4.831
Santa Fé Energética S.A.	29.964	20.858	16.599	12.350	11.067
São Joaquim Energia S.A.	16.031	11.754	10.327	7.865	7.284
São Pedro Energia S.A.	22.010	16.046	14.639	11.109	10.285
São Simão Energia S.A.	18.421	12.192	11.239	7.374	6.677

31/12/13					
	Receita <u>líquida</u>	Lucro (prejuízo) <u>bruto</u>	Lucro (prejuízo) antes do resultado <u>financeiro</u>	Lucro (prejuízo) antes dos <u>impostos</u>	Lucro (prejuízo) <u>líquido</u>
Bonfante Energética S.A.	20.799	15.481	13.572	10.292	9.524
Calheiros Energia S.A.	17.216	12.070	11.198	7.944	7.384
Caparaó Energia S.A.	4.088	2.433	2.317	1.606	1.481
Carangola Energia S.A.	15.480	10.959	10.586	8.292	7.779
Funil Energia S.A.	20.392	15.629	13.701	10.317	9.632
Irara Energética S.A.	20.309	7.109	21.193	16.402	15.415
Jataí Energética S.A.	33.301	25.464	24.154	19.708	18.529
Monte Serrat Energética S.A.	29.007	21.902	20.302	15.308	14.276
Retiro Velho Energética S.A.	23.226	17.082	15.923	12.772	11.936
Santa Fé Energética S.A.	42.248	34.454	32.207	27.250	25.805
São Joaquim Energia S.A.	21.570	17.244	15.932	13.094	12.258
São Pedro Energia S.A.	29.636	24.205	23.202	18.971	17.909
São Simão Energia S.A.	24.391	18.375	17.425	13.005	12.101

(c) Transações com partes relacionadas

A administração identificou como partes relacionadas à Companhia: suas controladoras, suas controladas diretas e indiretas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativo circulante - Outras contas a receber	<u>638</u>	<u>592</u>
	<u>638</u>	<u>592</u>
Ativo circulante - Dividendos a receber		
PCH Par Participações S.A.	<u>136.698</u>	<u>132.596</u>
	<u>136.698</u>	<u>132.596</u>
Passivo circulante - Dividendos a pagar		
Chiplely SP Participações S.A.	1.411	8.558
BSB Energética S.A.	949	5.756
Eletroriver S.A.	<u>407</u>	<u>2.466</u>
	<u>2.767</u>	<u>16.780</u>

Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 20 de maio de 2014, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2014 em, no máximo, R\$1.577 (R\$2.300 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$2.860 no Consolidado. A Diretoria da Companhia é formada por quatro diretores com remuneração anual de R\$1.539 na Controladora e R\$2.821 no Consolidado.

13. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Depr.</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	-	-	73.971	73.456
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	131.696	123.251
Conduto forçado	3,13%	-	-	34.991	53.738
Gerador	3,33%	-	-	83.507	77.581
Comporta	3,33%	-	-	25.040	30.673
Subestação unitária	3,57%	-	-	60.062	60.660
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	24.503	32.200
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	389.037	371.182
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	282.615	297.541
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	3.584	17.543
Outras máquinas e equipamentos diversas	3,65%	<u>87</u>	<u>145</u>	<u>62.022</u>	<u>65.088</u>
		<u>87</u>	<u>145</u>	<u>1.171.028</u>	<u>1.202.913</u>

A Companhia considera as taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

A Companhia e suas controladas monitoram os aspectos trazidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avaliam o valor recuperável de seus ativos sempre que identificam indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data destas demonstrações contábeis, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1).

(b) Movimentação

<u>Descrição</u>	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Sinistro</u>	<u>31/12/14</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	73.456	515	-	-	-	73.971
Turbina hidráulica	160.700	111	(2.343)	-	(3.000)	155.468
Conduto forçado	43.058	168	-	321	-	43.547
Gerador	105.041	41	(5)	-	-	105.077
Comporta	31.617	886	-	-	(900)	31.603
Subestação unitária	77.362	-	-	-	-	77.362
Estrutura de tensão	27.805	85	-	2.212	-	30.102
Casa de força produção hidráulica	441.305	2.080	-	-	-	443.385
Reservatório, barragem, adutora	317.917	1.878	-	-	-	319.795
Adiantamento a fornecedores	3.584	18	(18)	-	-	3.584
Outras máquinas e equipamentos diversas	<u>81.179</u>	<u>760</u>	<u>(22)</u>	<u>(2.533)</u>	<u>-</u>	<u>79.384</u>
	1.363.024	6.542	(2.388)	-	(3.900)	1.363.278
Depreciação	<u>(160.111)</u>	<u>(32.372)</u>	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(192.250)</u>
	<u>1.202.913</u>	<u>(25.830)</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>	<u>(3.900)</u>	<u>1.171.028</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Sinistro</u>	<u>31/12/13</u>
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	44.961	28.699	-	(204)	-	73.456
Turbina hidráulica	157.268	10.403	(1.573)	(398)	(5.000)	160.700
Conduto forçado	43.119	-	-	(61)	-	43.058
Gerador	103.876	1.223	-	(58)	-	105.041
Comporta	32.412	69	(787)	(77)	-	31.617
Subestação unitária	77.684	185	-	(507)	-	77.362
Estrutura de tensão	27.344	717	(64)	(192)	-	27.805
Casa de força produção hidráulica	435.149	4.469	(37)	1.724	-	441.305
Reservatório, barragem, adutora	308.104	13.011	(4)	(3.194)	-	317.917
Adiantamento a fornecedores	17.582	118	(18.075)	3.959	-	3.584
Outras máquinas e equipamentos diversas	<u>80.120</u>	<u>3.039</u>	<u>(988)</u>	<u>(992)</u>	<u>-</u>	<u>81.179</u>
	1.327.619	61.933	(21.528)	-	(5.000)	1.363.024
Depreciação	<u>(129.731)</u>	<u>(31.702)</u>	<u>1.322</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(160.111)</u>
	<u>1.197.888</u>	<u>30.231</u>	<u>(20.206)</u>	<u>-</u>	<u>(5.000)</u>	<u>1.202.913</u>

14. INTANGÍVEL

	Taxa	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Amort.</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Softwares	20%	715	697	1.138	1.084
Medidas compensatórias	17,33%	-	-	17.027	16.702
Indenização de terras		-	-	1.129	1.301
Legalização de terras		-	-	746	928
Amortizações acumuladas		<u>(452)</u>	<u>(342)</u>	<u>(3.762)</u>	<u>(511)</u>
		<u>263</u>	<u>355</u>	<u>16.278</u>	<u>19.504</u>

As medidas compensatórias referem-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação. Essas licenças têm vigência entre 4 e 10 anos, dependendo da PCH.

15. DIFERIDO

	Taxa	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
	<u>Amortização</u>		
Encargos financeiros	10%	75.735	75.735
Amortização acumulada		<u>(46.756)</u>	<u>(39.182)</u>
		<u>28.979</u>	<u>36.553</u>

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

16. FINANCIAMENTOS - BNDES

	<u>Indexador</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		425.932	437.426
Encargos		<u>72.195</u>	<u>140.207</u>
		<u>498.127</u>	<u>577.633</u>
Parcela de curto prazo		81.150	83.137
Parcela de longo prazo		<u>416.977</u>	<u>494.496</u>
		<u>498.127</u>	<u>577.633</u>

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos empréstimos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	79.348
2017	79.348
2018	79.348
2019 a 2021	<u>178.933</u>
	<u>416.977</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldo inicial	577.633	657.229
Encargos provisionados	44.480	51.074
Pagamentos	(123.986)	(130.670)
Saldo final	<u>498.127</u>	<u>577.633</u>

As garantias são conforme se segue:

(a) Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

(b) Pela PCH Participações S.A.

(i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar;

(ii) Constituição da conta reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à ELETROBRAS. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES.

(c) Pelas beneficiárias (13 PCHs)

- (i) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos;
- (ii) Constituição de conta de reserva do serviço da dívida, proveniente da venda de energia à ELETROBRAS, aberta em instituição financeira (Banco Real S.A.), que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação;
- (iii) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.

Os financiamentos possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”), incluindo, entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Os *covenants* de índices financeiros estão apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 da PCH PARTICIPAÇÕES (ICSD) e das suas controladas (ICP), sendo todos os índices atendidos em 31 de dezembro de 2014.

17. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

	<u>Indexador</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Cédulas de Crédito Bancário (CCBs):	IGP-M + 9,9% a.a.		
Principal		204.800	232.800
Encargos		<u>418.128</u>	<u>389.479</u>
Total		<u>622.928</u>	<u>622.279</u>
Parcela de curto prazo - CCB - Petros		88.948	78.059
Parcela de longo prazo - CCB - Petros		<u>533.980</u>	<u>544.220</u>
Total		<u>622.928</u>	<u>622.279</u>

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	63.630
2017	63.630
2018	63.630
2019 a 2022	<u>343.090</u>
	<u>533.980</u>

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Saldo inicial	622.279	600.862
Encargos provisionados	80.192	89.615
Pagamentos	<u>(79.543)</u>	<u>(68.198)</u>
Saldo final	<u>622.928</u>	<u>622.279</u>

As garantias são conforme se segue:

- (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do Aditivo do Contrato de Penhor celebrado entre Chipley SP Participações S.A, a Eletroriver S.A e a BSB Energética S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.;
- (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial.

Conforme mencionado na nota explicativa 11, as controladas são parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível.

Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, as suas controladas indiretas são parte de processos judiciais natureza tributária, cível, trabalhista e administrativa, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$7.451 e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

Existe uma ação de execução fiscal da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves contra a PCH São Joaquim no valor de R\$1.403, classificada pelo advogado como perda possível, relativo a débitos fiscais de responsabilidade de uma construtora, quando do período das obras. A São Joaquim tem como garantia desta obrigação um contrato de confissão de dívida fiscal, onde esta construtora se responsabiliza por qualquer prejuízo desta execução fiscal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não receberam qualquer notificação de órgãos públicos das esferas fiscal, ambiental ou regulatória que pudesse resultar em penalidades futuras.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 14 de junho de 2013 e 1º de novembro de 2013, foram assinados o Contrato de Compra e Venda de Ações entre os acionistas PETROBRAS (detentor de 49% ON) e JOBELPA (detentora de 2% ON) do capital da Brasil PCH com a CEMIG Geração e transmissão S.A., que após cedeu o seu direito à Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). Em 29 de novembro de 2013, o CADE aprovou a operação. Em 14 de fevereiro de 2014 foi realizada a liquidação financeira desta transação.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Chipley SP Participações S.A.	48.035.794	51,00%
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30%
BSB Energética S.A.	<u>13.845.611</u>	<u>14,70%</u>
	<u>94.187.831</u>	<u>100%</u>

Resgate das ações preferenciais

A Administração da Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014, deliberou pelo resgate da totalidade das ações preferenciais de classe A e B, integralmente pertencentes à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), como demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Liquidação dos passivos não circulantes referentes a dividendos provisionados	18.209
Liquidação mediante utilização da reserva de capital	16.888
Liquidação mediante utilização da reserva de lucros	<u>20.427</u>
	<u>55.524</u>

A liquidação financeira desta transação ocorreu em 20 de março de 2014.

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva especial

Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, parágrafo 4º e 5º.

Esta reserva foi integralmente consumida durante o exercício de 2013.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro do Exercício	11.651
(-) Reserva Legal	<u>(583)</u>
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>11.068</u>
Dividendos obrigatórios	<u>2.767</u>
Remuneração das ações preferenciais	1.186
Dividendos adicionais propostos	7.115

No exercício de 2014, foram pagos R\$ 22.539 como dividendos adicionais.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de energia elétrica	336.940	337.044
Ajuste de MRE	(97.863)	(14.623)
Ganho auferido com instrumentos financeiros	<u>4.737</u>	<u>-</u>
	243.814	322.421
Deduções à receita operacional:		
PIS	(1.552)	(2.096)
COFINS	<u>(7.171)</u>	<u>(9.671)</u>
	<u>(8.723)</u>	<u>(11.767)</u>
Receita operacional líquida	<u>235.091</u>	<u>310.654</u>

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Despesas com pessoal	1.795	2.492	9.080	9.343
Serviços de terceiros	142	283	2.250	2.139
Taxas de alterações contratuais - BNDES (a)	-	-	1.483	-
Arrendamentos e aluguéis	3	8	1.339	1.360
Outras despesas	201	89	1.468	3.123
Viagens	-	4	1.022	361
Publicação	93	102	960	829
Resultado na baixa de ativos imobilizados (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.777</u>
	<u>2.234</u>	<u>2.978</u>	<u>17.602</u>	<u>18.932</u>

- (a) As taxas referem-se aos custos incorridos com alterações contratuais junto ao BNDES e registro dos aditivos em cartório realizados em 2014.
- (b) O resultado na baixa de ativos imobilizados realizada em 2013 refere-se aos valores da baixa do multiplicador de velocidade da Bonfante Energética, baixa da grade de proteção da Monte Serrat e baixa da linha de transmissão de Retiro Velho para a ENERSUL.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	-	(1)	(13)	(20)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(80.192)	(89.615)	(124.672)	(140.689)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18)</u>	<u>(264)</u>
	<u>(80.192)</u>	<u>(89.616)</u>	<u>(124.703)</u>	<u>(140.973)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações em renda fixa	7.098	5.014	14.623	12.083
Outras receitas	<u>361</u>	<u>272</u>	<u>446</u>	<u>706</u>
	<u>12.196</u>	<u>5.286</u>	<u>15.069</u>	<u>12.789</u>
Resultado financeiro	<u>(67.996)</u>	<u>(84.330)</u>	<u>(109.634)</u>	<u>(128.184)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/14	31/12/13
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	11.651	70.654
(-) Exclusões permanentes		
Ganho de equivalência patrimonial	(89.455)	(165.722)
Base de apuração do lucro real	(77.804)	(95.068)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL sob prejuízo fiscais e base negativa	26.453	32.323
Crédito não constituído	<u>(26.453)</u>	<u>(32.323)</u>
Efeito total de IRPJ e CSLL no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>29.597</u>	<u>90.279</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social as taxas de 34%	(10.063)	(30.695)
Efeito da base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido	23.736	48.504
IRPJ/CSLL não constituídos	(23.798)	(29.685)
Outros ajustes permanentes	<u>1</u>	<u>11</u>
IR/CSLL do período	<u>(10.124)</u>	<u>(11.865)</u>

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$507 milhões. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

24. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	75.708	110.139	85.855	124.095
Contas a receber de clientes	-	-	40.091	36.232
Depósitos judiciais	-	-	11.211	8.895
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Ativos vinculados - BNDES	-	-	63.013	65.657
Outros ativos circulantes	4.737	-	4.737	-
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Outros passivos mensurados ao custo amortizado:</u>				
Fornecedores	641	47	6.001	8.794
Empréstimos e financiamentos	622.928	622.279	1.121.055	1.199.912
Dividendos a pagar	2.767	16.780	-	16.780
Dividendos a pagar ações preferenciais	-	18.209	-	18.209

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

- (a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado para transações de natureza semelhante, e/ou;
- (b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações contábeis.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de financiamentos contratados na Controladora (IGPM) e nas controladas (TJLP).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de juros CDI (10,81%) e TJLP (5,5%), IGPM (5,7%) de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

<u>Controladora</u>				Cenário I	Cenário II	Cenário III
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Exposição</u> 31/12/14	(Provável)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	Resultado	75.708	8.184	10.228	12.280
Empréstimos - Petros	Alta do IGPM	Resultado	(622.928)	(35.507)	(44.415)	(53.260)
Exposição líquida			(547.220)	(27.323)	(34.187)	(40.980)

<u>Consolidado</u>				Cenário I	Cenário II	Cenário III
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Exposição</u> 31/12/14	(Provável)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	Resultado	85.855	9.281	11.599	13.926
Ativos Vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	Resultado	63.013	6.812	8.513	10.221
Empréstimos - BNDES	Alta da TJLP	Resultado	(498.127)	(27.397)	(34.271)	(41.095)
Empréstimos - Petros	Alta do IGPM	Resultado	(622.928)	(35.507)	(44.415)	(53.260)
Exposição líquida			(972.187)	(46.811)	(58.574)	(70.208)

Devido a atividade de suas controladas, a Companhia fica exposta a riscos hidrológicos que afetam a geração de energia elétrica. Durante o exercício de 2014 a Controladora firmou instrumentos para proteger parcela das oscilações do Preço de Liquidação das Diferenças “PLD” nas compras energia no mercado de curto prazo, conforme apresentado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>PLD Referência</u>	<u>Volume Referência</u>
Contrato de proteção contra risco de base	01/08/2014	31/12/2014	R\$ 598,50 MWh	5 MW médios
Contrato de proteção contra risco de base	01/08/2014	31/10/2014	R\$ 628,00 MWh	10 MW médios

Desta forma, nos meses em que o PLD médio foi superior ao PLD de referência, a Companhia obteve ganhos nestes instrumentos. Por outro lado, nos meses em que houve a situação contrária, a Companhia apurou perdas. Em 2014, a Companhia obteve um ganho líquido de R\$4.737, que será liquidado em 12 parcelas mensais ao longo do exercício de 2015.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Seguro de vida

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia. Os seguros são realizados a nível de grupo e o custo é integralmente pago pela Controladora, sendo que em 31 de dezembro de 2014 foi pago a importância de R\$40 (R\$27 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Seguro saúde e odontológico

O seguro saúde e odontológico é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, onde a mesma contribui com a maior parte do custo no plano completo e o colaborador contribui com um valor simbólico, que varia conforme a remuneração individual. O plano oferecido abarca apenas os colaboradores, para os dependentes a Companhia tem a política de negociar um valor diferenciado com débito em folha de pagamento e a responsabilidade da administração limita-se ao montante de contraprestação a pagar à título de seguro saúde e odontológico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$393 (R\$260 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Benefícios pós-emprego

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria e seguro, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

(d) Promoção por tempo de serviço

A Companhia concede prêmio aos colaboradores pelo tempo de serviço prestado, mediante a aprovação da diretoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os valores correspondentes a promoção por tempo de serviço pagos pela Companhia foram de R\$ 224 (R\$128 em 31 de dezembro de 2013).

26. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2015 e cobertura no montante de R\$20.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$20.000 com vigência até 28 de abril de 2015 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de abril de 2014, com vigência até 27 de junho de 2015, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$170.000 e lucros cessantes no montante de R\$342.514, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros das controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

27. COMPROMISSOS

- (a) Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia e suas controladas precisam ainda adquirir aproximadamente 643,08 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2018, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$16.632, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (b) Existem ainda 1.058,66 hectares a serem reflorestadas que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$10.447, para os próximos exercícios, após aprovação dos agentes licenciadores. Em 31 de dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (c) Resta pendente a quitação a Compensação Ambiental (Lei nº 9.985/2000 - SNUC), pela empresa Carangola Energia R\$383 que, de momento, dependem de deliberação do agente Licenciador quanto ao pleito de pagamento, e assinatura de convênio, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (d) Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, foi estimado um gasto total até o prazo de vigência da licença, em R\$17.223. Em 31 de dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.
- (e) Indenização de terras - A Companhia e suas controladas registram as obrigações à título de indenização de terras, em montante apurado pela diferença entre o valor do depósito judicial, atualizado monetariamente, e o valor estimado pelo perito nomeado no processo. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão monta em R\$ 14.055 e foi registrada no passivo não circulante.
- (f) Legalização de terras - A Companhia e suas controladas possuem contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral de Imóveis - RGI ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$1.310. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.

- (g) Honorários de êxito - A Companhia constituiu provisão para pagamentos de honorários advocatícios, por possuir ações cíveis, trabalhistas e Tributárias com provável chance de êxito, com gastos estimados em R\$ 260. Em dezembro de 2014, este valor foi registrado no passivo não circulante.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 2014, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

- Compensação de tributos a recolher com impostos retidos no faturamento, no montante de R\$ 8.375.
- Constituição de ativo imobilizado no montante de R\$1.124 em contrapartida à rubrica de provisões para compromissos futuros.
- Baixa de ativo intangível no montante de R\$1.911 em contrapartida à rubrica de provisões para compromissos futuros.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de janeiro de 2015, através da portaria nº 30 do Ministério de Minas e Energia - MME, foi deliberado a revisão da garantia física de algumas empresas do Grupo, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Garantia física antes da revisão (Não auditado)	Garantia física após a revisão (Não auditado)
Bonfante	12,81 MW	12,17 MW
Caparaó	2,48 MW	2,36 MW
Monte Serrat	18,28 MW	17,37 MW
Retiro Velho	13,15 MW	12,49 MW
São Pedro	18,41 MW	17,49 MW

Os impactos financeiros esperados foram divulgados pela Administração na nota explicativa nº 1.2.

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2015.

Composição do Conselho de Administração

Carlos Mathias Aloysius Becker Neto - Presidente
Gilberto José Cardoso - Conselheiro

Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor

Edvaldo Alves de Santana - Diretor

Contador

Bruno da Silva Rodrigues
CRC RJ - 116272/O-6